

Para o modernismo, a modernidade

To modernism, modernity

Luciano Torres Tricárico*

Resumo

A partir de fatos da modernidade é possível interpretar as “frustrações” de muitas promessas modernistas espaciais que, no contato com a realidade existente, expuseram o descompasso do ideal do urbanismo com a cidade. A modernidade, em algumas manifestações, pode ser uma demonstração para o urbanismo moderno da maneira de lidar com as crises. Ao contrário do modernismo, essas modernidades interpretaram a crise como acaso previsível, contornando aquele estado de “passividade” de ações.

Palavras-chave: Modernidade; Modernismo; Crise.

Abstract

210 With basis on facts of modernity, it is possible to interpret the ‘failure’ of many modernist promises related to space. Once compared to reality, those promises expose the incoherence between the ideals of urbanism and the real city. Modernity, in some of its manifestations, might show a path for modern urbanism to deal with crises. Unlike modernism, modernity interpreted the crisis as a predictable randomness, outlining that state of ‘passivity’ of actions.

Key words: Modernity; Modernism; Crisis.

* Arquiteto e urbanista pela FAU-USP (1999), mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAU-USP (2004), doutorando em Projeto, Espaço e Cultura pela FAU-USP desde 2005, docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), membro do Instituto Euclides Neto.

O exercício de aproximação com o que pode significar a modernidade surge, a princípio, da observação de que os conteúdos do modernismo (de acepção espacial) não conseguiram cumprir, efetivamente, a promessa proposta. E pode-se considerar que essa demonstração de uma promessa não cumprida está na análise dos espaços originados das construções teóricas do denominado modernismo, que se enquadram na modernidade como fatos aparentemente concatenados, mas que divergem entre si. Portanto, a partir de noções de modernidade é possível traçar algumas revisões para os problemas espaciais do plano e do planejamento modernistas.

Deve-se considerar uma relação entre sujeito como promotor do projeto, da manipulação, administração e planejamento e a cidade como objeto de intervenção. Lefebvre (1969), seguido por alguns geógrafos contemporâneos, alertou para o papel do espaço (objeto) como parte integrante das forças que organizam uma realidade socioespacial. Não apenas a vontade do sujeito sobre o objeto cidade pode ser a “causadora” de uma dada realidade. Também as formulações de um materialismo histórico, como foco de interpretação, podem ser questionadas, porque esse método pode trabalhar com o sujeito como aquele que produz univocamente a consciência sobre o objeto, ainda que se fale em dialética. Mas trata-se de uma dialética socioespacial (SOJA, 1993), onde sujeito e objeto possuem o mesmo “peso” na análise da realidade. Porém, quando se observa um sujeito como o promotor consciente do objeto, a dialética pode perder sua força de interpretação; e muito dessa relação de dominação consciente sobre o objeto predominou na práxis da modernidade, ou seja, o projeto, a manipulação, a administração e o planejamento estiveram pautados na lógica segundo a qual o sujeito “conscientiza” o objeto. A interpretação através da análise do sujeito agora encontra obstáculos e os métodos até então conhecidos podem começar a “falhar”. A análise de Lefebvre (1969) se tornou importante porque também circunscreveu, no âmbito do papel do espaço, a dimensão do tempo. O filósofo francês questionou o tempo do planejamento ao referenciar o valor do cotidiano como um tempo apreensível e “empiricizado”.

A discussão sobre interpretar a modernidade como uma fase determinada ou “estilística” da história encontra em alguns autores um cuidado semântico que percorrerá outros termos, como “modernismo” e “moderno”:

Fazer sua própria opção aí parece inevitável, quando nada para evitar uma discussão intrinsecamente improdutiva (...) (as datações atuais vão desde a pressuposição dos historiadores franceses (...) de que o Estado moderno nasceu no final do século XIII e foi à ruína no final do século XVII até o confinamento do termo “modernidade” por alguns críticos literários a tendências culturais que começam com o século XX e terminam em meados dele). O desacordo definitivo é particularmente difícil de resolver devido à coexistência histórica do que Matei Calinescu chamou de “duas modernidades distintas e asperamente conflitantes”. De modo mais aguçado que a maioria dos autores, Calinescu retrata a “irreversível” divisão entre modernidade como um estágio na história da civilização ocidental – um produto do progresso científico e tecnológico, da Revolução Industrial, das amplas mudanças econômicas e sociais trazidas pelo capitalismo – e a modernidade como conceito estético. Esta última (melhor chamada modernismo, para evitar a confusão por demais freqüente) militou contra tudo que a primeira defendia: “O que define a modernidade cultural é a sua completa rejeição da modernidade burguesa, a sua voraz paixão negativa” (...); isto está em flagrante oposição com o retrato anterior (...) da atitude e realização da modernidade, por exemplo em Baudelaire: “Tudo que é belo e nobre é resultado da razão e do pensamento” (...). Quero deixar claro desde o início que chamo de modernidade um período histórico que começou na Europa Ocidental no século XVII com uma série de transformações socioestruturais e intelectuais profundas e atingiu sua maturidade primeiramente como projeto cultural, com o avanço do Iluminismo e depois como forma de vida socialmente consumada, com o desenvolvimento da sociedade industrial (capitalista e, mais tarde, também a comunista). Portanto “modernidade”, da forma como emprego o termo, de modo algum é idêntica a “modernismo” (...). Com o modernismo, a modernidade voltou a olhar sobre si mesma e tentou atingir a visão clara e a autopercepção que por fim revelariam sua impossibilidade, assim pavimentando o caminho para a reavaliação pós-moderna. (BAUMAN, 1999, p. 299-300)

212

Conceituar modernidade pode passar, então, pelo exercício de estruturar dados comuns que se encontram na história, onde se observam a iniciativa da busca de uma verdade e sua desintegração. Essa idéia se estrutura em várias

formas de manifestação da modernidade. Dessa maneira, ela se encontra em várias épocas e manifestações de uma “taxonomia” histórica e, portanto, pode ser lida em fases futuras, cujas reinterpretações e interpretações atuais contribuiriam no modo de lidar com a “inevitável frustração”, uma de suas características.

Bauman (1998) anuncia outra característica que pode levar a interpretar a modernidade: a esperança como forma de tornar o mundo ainda melhor, já que este não está suficientemente “adequado” e irá cambiar na lógica modernizante (mas não se sabe se para bem ou para mal). Se, por um lado, o modernismo (e essencialmente o urbanístico e arquitetônico) foi uma exposição de promessas descumpridas, foi também o manifesto com que as promessas e esperanças devem ser tratadas (BAUMAN, 1998, p. 122). No entanto, o signo da esperança é também uma previsão para o futuro; não é à toa que os planos urbanos modernistas trabalham com metas “dimensionadas” em futuro.

O significado da incerteza que caracteriza a modernidade é hoje exposto como possível interpretação da destemporalização do espaço (BAUMAN, 1998, p. 110). O espaço projetado sobre o tempo (até então muito interpretado como fatos lineares) ofereceu ideologicamente ao tempo traços que só o espaço possui: a linearidade de um caminho, a direção, um sentido, como se o tempo também tivesse um antes e um depois (linear). Vale a metáfora: “perder-se” não configurava insegurança, porque a linearidade operava como signo do espaço e do tempo, como uma determinação que pode ter obstáculos, mas “sabe-se” o final do caminho – eis o futuro aparentemente “certo”. Ou seja, um determinante de “começo e fim” como estrutura “pronta” antes de qualquer aventura humana, durando mesmo toda uma vida em busca daquele final, sem deixar o acaso (até mesmo como oportunidade ao prazer do sublime, por exemplo) acontecer.

O intuito de caracterizar a modernidade se dá pelo próprio aspecto “fugidio” dessa procura por definição; e talvez esse mesmo aspecto venha a torná-la mais apreensível. Mas por que buscar tal compreensão? Seria uma vontade de correção de “erros” ou “promessas não cumpridas” pelo

movimento moderno? Se assim for, é notório um estigma que perdurou pela modernidade como cultura de causalidades. Daí ser necessário saber as razões de um problema para resolvê-lo. Porém, ao contrário da condição ideal que a modernidade sempre buscou, nota-se que foi permeada por “mazelas” em seus desejos, projetos e planos. Trata-se de entender que na modernidade as “mazelas” humanas são parte da vida, do cotidiano e talvez não devam ser assumidas como crises.

Tempo e espaço na modernidade

Se o espaço foi negligenciado pela interpretação do materialismo histórico, há de se notar que o tempo carrega um sentido inerente de abstração e foi também tratado de maneira pouco importante por alguns geógrafos, principalmente os anglo-saxões (SANTOS, 1996, cap. 1).

A preocupação na modernidade passa, então, por tornar o tempo concreto e apreendido, de forma a manipulá-lo no domínio do cotidiano ou na perspectiva do seu uso para prazos e metas de propostas a serem cumpridas (no plano urbano, por exemplo).

O tempo passou a ser uma matriz para a exploração e reprodução social. A proporção de Marx entre a mais-valia e o capital variável se expressa em teorias baseadas no valor de tempo mensurável, representando todo um debate também oriundo dos movimentos de operários por duração da jornada de trabalho ou acordos salariais (SOJA, 1993, p. 111). Há outras formas de tempo talvez até mais “impalpáveis” que o tempo do trabalho e sua divisão; há tempos que são criados; pode-se falar em tempo tecnológico, cubista, histórico, do modo de produção.

Como lembra Argan (1998, cap. 17), há um tempo da própria moral, que uma ordem projetada para a cultura procura perpassar ao longo dos tempos. Nesse exemplo, Argan revela, de antemão, a falência dessa condição na sociedade: crises de moral – os valores morais do Renascimento diferem dos da Idade Média. Eis, então, as medidas de tempo. No caso da exemplificação de um tempo da moralidade, assumir a crise vincula-se muito mais a um dado

de transformação do que, necessariamente, de frustração. Esse é um valor para as “quebras” (ou crises) de encaminhamentos de um planejamento (inclusive urbano) que se pretende unísono como vanguarda modernista.

Nas expectativas da lógica iluminista, o planejamento (para qualquer trabalho humano) procura informar a realidade, levando-a a uma pretensa “perfeição”. Essa vontade se configura mais evidente, segundo o raciocínio iluminista, na militância ou na ciência política de uma sociedade almejada sem problemas estruturais. Do mesmo modo, para os urbanistas vinculados a um “iluminismo” teórico, a cidade se apresentaria como o *habitat* “perfeito” para o homem (SILVEIRA, 1993, p. 45). Assim, “fazer planos” é um meio de conquista da humanidade, inerente a ela, em que um viés teleológico se impõe. Nessa lógica de começo, meio e fim de um plano, podem surgir indagações acerca do tempo para efetivação desse plano, do planejamento urbano: qual o tempo para a efetivação das propostas do plano? Em quantos “anos” um plano diretor conquistará seus objetivos? Mesmo com algumas experiências bem-sucedidas, as perguntas surgem porque, ao que parece, as respostas ainda não foram encontradas ou ainda porque as perguntas são genéricas, mas aparentemente coerentes pela prática dos planos calcados em modelos universais racionalistas do modernismo espacial (sem lugares, pode-se dizer); ou seja, tal modernismo não ofereceu contestações efetivas para suas “promessas”. Valem, então, algumas sugestões para essa discussão: como “empiricizar” o tempo do plano, tornando-o do lugar? Arriscam-se, aqui, algumas hipóteses.

Para Milton Santos (1996, cap. 1), o espaço pode tornar o tempo apreensível e “concreto” através do processo de produção. Assim, identificam-se fases e períodos das revoluções industriais pelos objetos, espaços e lugares que suas respectivas técnicas e/ou tecnologias puderam ou podem proporcionar: a era do artesanato, a manufatura, a primeira revolução mecânica, a revolução eletroeletrônica, eletrocibernética etc. A produção, amparada por máquinas, técnicas e tecnologias, pode aferir uma localização temporal.

Assim, pode-se “empiricizar” o tempo:

A técnica entra aqui como um traço de união, historicamente e epistemologicamente. As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base de uma sistematização, solidária com a característica de cada época. (SANTOS, 1996, p. 44)

Nesse intuito, para o plano, criar técnicas e fatos para a técnica assinala novos encaminhamentos na perspectiva da “empiricização”.

Quanto aos efeitos que as técnicas podem ter sobre a “empiricização” do tempo, observa-se que as novas tecnologias de informação dão significado a uma simultaneidade do tempo em vários lugares, “empiricizando” as ações e manifestações de determinadas sociedades:

Trata-se aqui do desdobramento da visão e do surgimento de uma segunda ótica: aquela que torna possível hoje a realização de uma teleconferência entre Tóquio e Paris. Alguns se referiram, há alguns anos, a um buraco no espaço e outros, mais recentemente, a um buraco no tempo, o tempo real de transmissão instantânea de acontecimentos históricos (...). Essa hesitação semântica me parece característica da perturbação da percepção que de agora em diante afeta nossas sociedades diante do progresso das teletecnologias e do declínio de importância da ótica geométrica. (VIRILIO, 1993, p. 101)

216

Nos termos de Paul Virilio (1993, cap. 5), as novas tecnologias de informação possibilitarão não somente uma (tele)visão ou (tele)audição, mas uma (tele)ação em comum, porque trazem para o cotidiano das pessoas acontecimentos longínquos que, instantâneos, permitem a sua conscientização e, daí, as possíveis tomadas de ações. Assim, por exemplo, as guerras no Oriente Médio “tomam” as ruas de Paris, Londres ou Nova York, onde governos são pressionados por uma população “(tele)informada”. Através das técnicas e tecnologias, então, é possível “empiricizar” o tempo e tornar os acontecimentos simultâneos no cotidiano: “O conhecimento empírico da simultaneidade dos eventos e o entendimento de sua significação interdependente – base para a empiricização da universalidade” (SANTOS, 1984) – “são um fator determinante da realização histórica” (SANTOS, 1996, p. 162).

Outra situação analisada por Santos (1996, cap. 1) para a “empiricização” do tempo está na divisão do trabalho, oriunda, de certa maneira, das próprias mudanças das condições técnicas. Trata-se de formações de temporalidades pela caracterização do uso do tempo, da prática sobre espaços utilizados, portanto de espacialidades vividas, feitas no cotidiano. Dessa maneira, a aproximação do plano, feito a partir da realidade vivida e com a população local, revela as experiências democráticas e participativas; esse é mais um índice para a construção de um “projeto” de espaço-tempo “empiricizado”. Ao mesmo tempo, uma “aura” técnica de elaboração do plano “contamina” o conjunto da população, dando-lhe um sentido de “orgulho” nas decisões de sua própria cidade. Surgem unidades originais de organização social da vida coletiva que, com o “destaque” e representação segundo uma concepção jurídica de cidade – o plano e o planejamento –, reforçam a possibilidade de participação democrática dos habitantes.

O plano “empiricizado” no espaço se vincula ao presente por lidar com características socioespaciais da realidade. É uma forma de atuação que se contrapõe às expectativas do plano modernizante em futuro, com seus distantes horizontes de efetivação, em parte associados ao fato de a modernidade procurar a totalidade de resolução dos problemas através de um plano ou planejamento. O plano “empiricizado”, em sua intencionalidade, carrega um sentido de posicionamento no tempo: a vontade de se situar no passado ou no futuro desconsidera a consciência de um lugar e a condição presente. A realidade está na presença (do “presente”):

Não podemos julgá-lo como pré-figuração de algo-que-será por dois motivos: primeiro, porque este algo poderá não ser e, se for, será seguramente diferente do plano e pertencerá a um outro tempo histórico; segundo, porque, assim julgando, não julgaríamos o plano, mas prejudgaríamos algo que deverá ser julgado como obra. Não podemos julgar um plano enquanto irrealizável, porque julgaríamos uma possibilidade; mas não podemos tampouco julgá-lo como uma imagem dada, pelas suas qualidades gráficas (...). O plano mesmo não é um projeto propriamente dito: concebido em relação a um período de desenvolvimento, não veda à sociedade futura a faculdade de organizar livremente a própria existência, mas considera o porvir só como perspectiva

histórica do agir presente. A realização global de um plano (valha Brasília como exemplo) é um erro, até porque implica um ato de império político: a fixação monumental de uma situação histórica na figura da capital substitui a realidade social pela abstração do Estado, e é preocupação primordial dos regimes ditatoriais. (ARGAN, 2001, p. 49)

É de fato bastante improvável que o plano feito hoje sirva para o futuro (...) a obra do urbanista que faz um plano não é de efeito retardado, é toda para o presente (...) uma ética material e não formal, fundada na escolha crítica dos valores na esfera da experiência. (ARGAN, 2001, p. 52)

A dissociação entre tempo e espaço é um dos indicadores do início da modernidade. O tempo, segundo Bauman (2001, p. 130), passa a ser uma “ferramenta” para o acúmulo do dinheiro no capitalismo, pois o seu domínio pode organizar o trabalho, a concomitância e seqüencialidade de máquinas que, ao diminuírem as distâncias pelas invenções técnicas e tecnológicas, “conquistam” novas fronteiras para a expansão da produção. Algo como se o tempo pudesse, através de seus domínios, “conquistar” o espaço sob o signo da aceleração, inclusive revelando-se pela invenção de máquinas e seus consecutivos aperfeiçoamentos. Por outro lado, essa aceleração pode ser também um fator de simples passagem para a acuidade de percepções mais elaboradas, bem como a “marcação” de um início para se chegar a uma “meta” (aceleradamente), sem a devida atenção aos percalços da empreitada. Pode tratar-se da ânsia de progresso, que opera por contigüidade de atos e fatos. Mais ainda: a aceleração poderia revelar atos instantâneos como realizações “imediatas”, em que desapareceria a “distância” do tempo que separa o início do fim de uma realização. Essa última interpretação pode ser significativa para as “realizações” do planejamento urbano, uma vez que a projeção do tempo de uma conquista ou desejo de qualidade urbana estaria se efetivando em vários momentos instantâneos, e “imediatamente” no presente, sem aquela visão de realizações futuras. Quando as técnicas e tecnologias operam num tempo hábil e eficaz, a promessa de realização dos anseios urbanos já não pode ser feita para e num futuro distante. Para justificar as “mazelas” do planejamento urbano, na visão racionalista da modernidade, que procura desvendar os erros e incertezas, haveria agora, com as novas invenções técnicas e tecnológicas, a

possibilidade de uma revelação instantânea desses erros, não se prolongando no futuro as suas possíveis resoluções.

Contudo, as novas técnicas e tecnologias, juntamente com o domínio do tempo na modernidade, podem indicar que um território está mais vulnerável à invasão e remodelação de sua sintaxe, tratando-se, assim, de uma efetiva contradição para as políticas de construção do Estado com suas fronteiras e leis “arraigadas” de controle social e espacial. Nessa perspectiva, cabe salientar o papel do planejamento e do plano urbano moderno como “técnica” de dominação do Estado ao longo dos tempos “modernos”, deparando-se agora com uma nova realidade de produção, onde esse domínio se revela em descompasso com as possibilidades técnicas – lembrando que o plano e o planejamento modernista se apoiavam nos valores da produção técnica. Para Bauman (2001, p. 134), as sociedades pré-modernas só conseguiam efetivamente dominar suas fronteiras porque “atrasavam” o tempo e seu papel desestabilizador.

Aparentemente, pode-se falar na “irrelevância” do espaço em relação ao tempo, segundo autores como Bauman (2001, p. 135), para quem os espaços podem ser “atravessados” em tempo suficiente, de tal sorte que não há (efetivamente) o deslocamento. Não havendo deslocamento, não há diferença entre lugares, tratados como um espaço “único” e universal que, ao mesmo tempo, inaugura um sentido de indiferença perante si. Os lugares (se é que se pode chamá-los assim) oferecem, agora, a oportunidade de serem visitados quando se quiser, pois não impõem barreiras, nem a urgência em dominá-los, porque estarão “à disposição”, podem ser facilmente ocupados e, logo em seguida, abandonados (BAUMAN, 2001, p. 137).

219

Relações do sujeito e objeto; técnica e tecnologia (revelação do objeto)

Procura-se arriscar a interpretação da técnica e tecnologia como instrumentalidade racional e o descompasso com uma realidade social e, logo após, como objeto que pode alterar os significados criados pelos sujeitos na lógica dos signos interpretantes.

Conforme Jacques Ellul, o universo da técnica não é somente o da máquina. Mas é a máquina que depende da técnica (ELLUL, 1999, p. 1-2).

Portanto, técnica é uma disciplina e conhecimento de seres humanos (sujeitos) e a máquina um objeto criado. As condições atuais revelam, segundo Ellul, um grau de autonomia da técnica e, sendo conhecimento humano, um grau de autonomia do sujeito que a engendra e domina e sua desenvoltura perante racionalidades instituídas.

Ellul também analisa a relação entre técnica e tecnologia ou estudo ou ciência das técnicas. Segundo o autor, as técnicas são oriundas de uma empiricização da relação do homem com a natureza que, com repetidas experiências (empíricas), propõem problemas que a ciência (tecnologia) deverá solucionar (ELLUL, 1999, p. 6). De outra maneira, a relação entre técnica (essencialmente como objeto criado) e sujeito pode outorgar ao mundo do vivido (empírico) uma grande parcela de contribuição para a formulação da tecnologia (conhecimento do sujeito). Ou seja, a experiência da realidade já não é mais encarada como reflexo do pensamento humano, mas se encontra na relação dialetizante entre sujeito e objeto.

Nesse sentido, a cidade real e existente adquire novas interpretações para a prática do urbanismo (enquanto conhecimento formulado pela mente do sujeito). O ideal de cidade já não pode ser produzido apenas como formulação teórica a ser aplicada no futuro.

Jacques Ellul observa que na relação dialetizante entre sujeito (homem) e objeto técnico pode ser comprovada a autonomia do objeto técnico, uma vez que ele modifica o meio. A tecnologia e a técnica são formuladas pelo sujeito (alguns homens com interesse específico) a fim de criar um objeto técnico (a máquina, por exemplo). Ao fazê-lo, o sujeito interfere na vida de outros sujeitos que, muitas vezes, querem alterar as condições que aquela máquina “inventada” estabelece, mas, em muitos casos, não o conseguem; o meio onde vivem esses homens não é mais seu, mas daquela máquina e daquele sujeito que a propôs. Na concepção de Ellul (1999, p. 331), o homem se adapta a um universo para o qual não é feito, modificando o próprio ser (sujeito). Outro fato que revela a relação dialetizante entre sujeito e objeto nas técnicas foram as descobertas de regiões e terras longínquas pelos primeiros viajantes da era

moderna, experiência empírica que levou à elaboração de mapas universais amparados pela perspectiva renascentista (GIDDENS, 1991, p. 27). Por certo que os mapas também contribuíram, de antemão, para tais expedições. O fato é que foi possível, já nos primórdios da chamada era moderna, observar uma autonomia do espaço (como objeto empírico), porque era ele que fornecia subsídios para o desenvolvimento das técnicas de representação (pelo sujeito) no intuito de desvendar a geografia do planeta.

Ao passar de conhecimento a intervenção sobre objeto a ser constituído, a técnica pode se deparar com limitações do meio ou recusas de eficácia, como acentuou Taylor (ELLUL, 1999, p. 134-135). Daí decorre o valor do papel empírico da realidade do meio. Os problemas ocasionados pelo meio (empírico) são os que levarão a tecnologia, em muitos casos, a se formular. Compreende-se que esses dados de imprevisibilidade do meio são acasos que o determinismo da tecnologia ainda não previa. Por analogia, as técnicas de urbanização também operam com um determinismo da eficiência do objeto cidade e, como objeto criado ou ser constituído, a cidade também está sujeita aos acasos do plano que se pretende efetivar no futuro. Tal como no universo da técnica e da tecnologia, a cidade, com o acaso, é um objeto empírico que supõe soluções para o conhecimento do urbanismo. Essa proposição considera o fato de que o urbanismo poderia seguir como exemplo as técnicas e tecnologias, ou seja, em vez de encarar os acasos do meio como uma “crise”, ser um condicionante de elenco para soluções, num contínuo de experiências entre realidade e conhecimento – cidade e urbanismo –, que efetivam a eficácia do objeto final, às vezes sem pretensões de solução dos acasos no futuro planejado, mas como a técnica e tecnologia (com soluções para o cotidiano vivido dos cidadãos).

Segundo Ellul, o caráter de autonomia da técnica como experiência empírica também opera em relação à política e à economia, não sendo o desenvolvimento econômico ou político que se reflete no progresso técnico (ELLUL, 1999, p. 135). Para Ellul, é preciso assumir essa autonomia com as características descritas acima: reconhecimento do acaso no plano ou

planejamento, onde, por exemplo, o urbanismo teria um papel de solução e não encararia tal acaso como “crise”.

Mas não se trata de eliminar o homem (sujeito) da autonomia da técnica, pois, como lembra Giedion (cf. ELLUL, 1999, p. 140), o tempo imposto pelo sujeito é um dos limitadores da técnica, pois deve haver sincronia e cooperação entre os instrumentos técnicos e não apenas com o intuito da produção lucrativa, mas em todas as instâncias da produção humana (inclua-se a urbanização).

O papel de desenvoltura da técnica (não só como objeto criado, máquina, mas como conhecimento), de modo dialetizante entre sujeito e objeto, propõe uma atribuição “humana” (sujeito) para as técnicas (enquanto conhecimento e objetos); elas amparam um poder a seus criadores como “heróis, gênios e arcanjos” (ELLUL, 1999, p. 148), podendo dar, assim, significado à representação social de grupos elaboradores de técnicas, construindo um referencial de identidade social para seus criadores. É o que muito tem acontecido nas formas de planejamento urbano participativo, com a população diretamente interessada em suas cidades; os grupos elaboradores e participantes das técnicas do plano parecem dotados, agora, de uma condição política na cidade, como que um “lastro” para as possíveis cobranças e execução daquele plano elaborado. Muitas vezes, como os elaboradores e participantes do plano mudam pela situação social e política das e nas cidades, a tendência é também fazer com que o plano tenha tal flexibilidade, porque mudaram também as “cabeças” que o formularam. O plano, nessa perspectiva das técnicas, aplicado como método, tende a aplicar-se sempre a novos “domínios” sociopolíticos, talvez atendendo a toda população em um período decorrido. No domínio de certos agentes sociais mais representativos na e da cidade, a técnica pode servir a esse determinado grupo social, realizando o seu trabalho com certa eficácia, de modo que pode ser inútil a sua limitação; ao cambiar o grupo representado, a mesma eficácia poderá se apresentar num contínuo de eficácias técnicas em que toda a sociedade estará agraciada. Tal proposição poderia acarretar aquela objeção conhecida de que nas técnicas do planejamento há uma grande intervenção do papel político em prejuízo da visão técnica, fazendo com que a técnica perca aquele seu valor de autonomia tão defendido por Ellul. Nesse

caso, há de se verificar qual “política” estará sendo processada e, portanto, não será um problema da técnica em si, mas dos sujeitos que a formulam. Ellul salienta que, nos países que adotaram o planejamento, a política sofreu a tendência de se tornar técnica (ELLUL, 1999, p. 192).

A autonomia da técnica indicia sua contribuição na formulação socioespacial para um determinado meio onde ela se aplica; mas, segundo Ellul (1999, p. 143), esse meio encerra finalidades intrínsecas e, no caso de uma “disputa” entre essas e os objetivos extrínsecos propostos pelo homem (sujeito), haverá o privilégio das primeiras. Nessa análise, pode-se verificar o papel do espaço já existente do meio como amparo à técnica que se instala. Na urbanização (como técnicas), revela-se o valor desse espaço existente para a eficácia das técnicas. De tal sorte que o plano como solução aos “incômodos” socioespaciais na cidade parece mais ligado a signos espaciais da realidade existente (a cidade como objeto), do que de agentes (sujeito) que elaboram ou executam um plano, assim como ocorrera na racionalidade das “mentes” formuladoras de um planejamento de futuro.

No Brasil, o que se convencionou chamar de tecnoburocracia consistia em um conjunto de técnicas e regras criadas (interpretadas também como técnicas), que propunha a permanência do Estado e do direito. O discurso dessa tecnoburocracia operava como a possibilidade de grupos sociais externos assumirem hegemonias, tal como uma revolução tecnocrática, onde o especialista técnico “ocupa” uma posição de decisão e, portanto, com representação social. Oriundo da classe média “estudada”, o técnico, em seu representativo cargo, poderia determinar novas relações sociais, uma vez que o “estudo” lhe garantia a possibilidade de ascensão social. Esse discurso podia também ser interpretado como a noção conservadora de que o capitalismo no Brasil estava evoluindo até sua superação num meio de produção e economia identificados pela tecnoburocracia (PEREIRA, 1977).

No Brasil predominou uma “classe média” de técnicos especializados, escondendo o fato de que existiam a classe dos mais ricos e a dos mais pobres:

Dessa maneira surgiu uma classe de trabalhadores industriais estatizada ou alimentada intravenosamente pelo Estado, classe que na maioria dos países do Terceiro Mundo se integrou à classe média, enquanto a grande massa da população ficava fora do aparato estatal e da produção industrial insular para o mercado mundial, acabando na miséria. (KURZ, 1992, p. 178)

O conhecimento técnico poderia ser a superação da representação social a partir do dinheiro (herdado de geração em geração sem a possibilidade de ascensão para aqueles que ainda não o possuem). Poderia ser uma forma de eliminar o lucro, ainda que o salário do técnico, através da tributação repassada, criasse um excedente e, portanto, um mercado consumidor bem apropriado ao sistema capitalista. A representatividade social se daria pela “especialidade” técnica. A ideologia da tecnoburocracia podia ser entendida como um fator neutro na disputa entre esquerda e direita política, como que uma instrumentalidade capaz de decidir sobre qualquer polêmica sem consenso, dado seu caráter racional técnico de explicação. O “triumfo” da direita sobre a esquerda também deixou, ao longo do tempo, uma inquietude sobre seus feitos, relativizando o capitalismo como modo de produção “perfeito”. Isso também caracterizava um novo “mal-estar”, em que a técnica e a tecnologia (como objetos) poderiam explicar uma “saída” para cada situação: “As causas verdadeiras da prosperidade da época pós-guerra não se encontram na escolha do modelo ‘certo’, tal como sugere a ilusão iluminista referente ao sujeito, mas sim nos processos de evolução, independentes de sujeitos” (KURZ, 1992, p. 163).

Todo o discurso do sujeito acerca da tecnoburocracia encontrou na realidade brasileira uma forma de dominação política já tratada por Max Weber, tendo o Estado ou a empresa burocrática como planejadores e administradores “racionais”. Dados, fatos e um aparato de conveniências sustentam as classes dominadoras de sempre: confiança pessoal, favores e privilégios individuais, subordinação hierárquica, nomeações por autoridades superiores, “cesarismo”, apropriação do conhecimento especializado pela burocracia como forma de dominação e justificativa técnica, racionalização da educação e treinamento

num sistema de méritos e títulos que a própria democracia teme em ocasionar através da diferenciação.

A evolução da técnica e da tecnologia organizará objetos com graus diferenciados, promovendo novos interpretantes. Segundo Robert Kurz (1992), a condição da tecnologia gerada em grande parte pelo capitalismo originou no nível dos objetos produzidos potencialidades não mais compatíveis com as próprias formas básicas da reprodução capitalista; ou seja, o objeto produzido altera as “velhas” formas do próprio modo de ser produzido.

Cabem aqui alguns exemplos no intuito de revelar o papel do objeto na constituição de uma realidade socioespacial, para além daquela consciência unívoca do sujeito sobre essa realidade.

A tecnologia trouxe para a realidade das metrópoles brasileiras centros especializados de produção que podem ser chamados de tecnopólos. Concordando ou não com a expressão, Milton Santos (1996) considera como “desmetropolização” o fato de que a produção no setor secundário pode se deslocar, indo, por exemplo, para o interior do Estado de São Paulo. Essas indústrias “migradas” necessitarão de técnicos especializados, seja no setor administrativo ou até mesmo na efetiva forma de produção. Instalam-se escolas, centros de treinamento etc.; ou essa “educação” é feita nos centros terciários metropolitanos. De qualquer forma, essa nova organização espacial da produção no interior paulista situa, através da escola e do treinamento, uma conscientização “letrada” da população que trabalhará nessas indústrias e, com isso, chega a questionar aquele papel dominador das oligarquias agrícolas nas cidades do interior paulista.

A tecnologia está auxiliando a formulação de plantas atualizadas de cadastros imobiliários em cidades brasileiras. Essa “digitalização” dos dados imobiliários tem considerado o aumento da arrecadação de impostos territoriais urbanos, muito conveniente para qualquer gestão política municipal, pois se trata de dinheiro disponível para “fazer obras” e, portanto, demonstrar o trabalho do partido eleitoral da ocasião. Mais do que isso, essa maneira digital de organização dos cadastros imobiliários (chamados de SIGs – Sistema

de Informações Geográficas) tem permitido o acesso mais democrático às informações das prefeituras, bem como a clareza e “justeza” das regras de cobrança (“igualitárias”) de impostos para todos os cidadãos.

A própria lógica da linguagem tecnológica (como objeto) pode alterar a manifestação do indivíduo ou grupo coletivo (sujeito):

Os maiores sistemas de *software* crescem de modo descontrolado, cada vez mais incompreensível. Se surge um problema, uma nova peça do programa é escrita num “arranjo” tecnológico imediato, que pode resolver o problema a curto prazo, mas cujos efeitos a longo prazo sobre os programas estabelecidos são desconhecidos e totalmente imprevisíveis. Por isso os maiores sistemas de *software* evoluem de forma desorganizada, com alguns programadores entendendo fragmentos aqui e acolá, mas ninguém entendendo o sistema como um todo. (SIMONS, conforme BERMAN, 1999, p. 241)

No contexto da urbanização, o objeto cidade se revela hoje, talvez como nunca antes, um modo de apropriação do objeto (cidade) como índice de intervenção. Trata-se de uma crítica ao modernismo urbanístico (que se caracterizou por uma universalidade conceitual – ligada ao sujeito “conceptor” – distante das realidades locais do projeto). Surgiram então a “volta à cidade”, o regionalismo crítico, as intervenções em centros urbanos, as noções de restauro, revitalização, requalificação urbana e redesenho, o *new urbanism*, a “aproximação” com as populações do lugar nas propostas urbanas, a “participação” na concepção. Ou seja, o objeto cidade passou, talvez como nunca, a possibilitar uma prática urbana que também forneceu subsídios para uma construção teórica do sujeito “conceptor”. E, nessa lógica, houve também uma “perda” do valor manipulador do interventor urbano, como que uma “perda” daquela noção de demiurgo do “técnico” urbano associado ao modernismo.

É em parte por isso, talvez, que se esfacelou a aura de vanguarda que identifica uma corrente de pensamento (cerebral e organizada por sujeitos) – o modernismo. Porque a cidade e a arquitetura operam no viés do objeto, único em seus espaços e lugares, não sendo possível uma estruturação comum

e univocamente universal e conceitual entre esses objetos. As cidades e os lugares diferem entre si. Pode-se interpretar uma vanguarda “silenciosa” dos próprios objetos lugares.

Bauman (1998) propõe uma metáfora para explicar a “impossibilidade” da vanguarda e, aqui, cabe pensar a vanguarda modernista como um exército (*avant-garde*), guarda que avança sobre um território. Há um processo de manipulação linear – o que está sendo feito num primeiro momento pelas “tropas” de “primeira linha” de um espaço conquistado já não será igual ao feito pelas “tropas” do pelotão de fundos; aquele espaço conquistado já foi processado, sendo quase impossível seguir os feitos e exemplos dos primeiros soldados. O espaço “desbravado” pelos primeiros soldados nunca será o mesmo – eis, então, a possível frustração da vanguarda.

A modernidade do futuro – identidade

Sob o signo da novidade, a modernidade deve operar com constantes mudanças. Isso talvez se explique pelo dado racionalizador do planejamento no futuro. Há de se cumprir etapas (fases, noção histórica) para se chegar ao futuro ideal. Mas, como futuro, ele nunca chegará, daí a “impossibilidade de atingir a satisfação” (BAUMAN, 2001, p. 37). A ideologia da identidade, tão difundida na modernidade contemporânea enquanto satisfação e plenitude do sujeito, talvez nunca possa ocorrer, porque sempre será um desejo, uma busca, um projeto ainda não realizado. Essa prospecção da identidade é uma construção que pode se dar por constantes fatos que realimentam o “orgulho” de um grupo, mas o índice desse acúmulo de fatos é também o fator que diz que a identidade ainda não se completou. A busca de identidade de um grupo é uma manifestação de representação de liberdade e que também pode ser confundida com o descaso de outros grupos perante toda uma coletividade.

Nas cidades, os diferentes grupos têm a oportunidade de se auto-afirmarem (SENNET, segundo BAUMAN, 2001, p. 11), pois sem esse suporte de “comparação” a identidade talvez não precisasse ser hiperbolizada. Nesse processo, o espaço pode operar como signo de diferenciação ao pertencer a um determinado grupo.

Mas o fato de o sujeito utilizar uma máscara de sociabilidade (BAUMAN, 2001, p. 112), podendo circular pelos diversos lugares da cidade, enseja a possibilidade de pertencimento a diversos grupos. É também assim que o nomadismo se explica na modernidade contemporânea, porque só é possível entrar nos distintos territórios com uma máscara. Parece que tal situação de simulacro do sujeito não era o que os ideólogos do espaço modernista pretendiam; tratou-se de uma passagem ou substituição do engajamento fixo e constante no lugar pelo pertencimento frívolo em momentos; mas, nos dois casos, o encontro social, a participação e o envolvimento público mantêm uma estrutura comum. Assim como a sociedade pode estar com máscara, o espaço, por vezes, também está ou é. Eis o que explica o que se convencionou chamar o caráter “cenográfico” de uma arquitetura e de espaços públicos “pós-modernos”.

Mas, ao retirar a máscara social, o sujeito volta àquilo que lhe é “prosaico” e, da mesma forma, necessitará de suportes espaciais para seu cotidiano, de tal sorte que o espaço jamais será suprimido pelo tempo (tal como afirmam alguns autores). Os espaços com máscaras ou os do cotidiano serão “anteparos” para interesses semelhantes de sujeitos diferenciados, para sujeitos semelhantes ou diferentes com interesses diversos – daí a significação do espaço na construção da realidade socioespacial. Haverá, por certo, interesses comuns entre diferentes sujeitos, como, na atualidade, as questões ambientais e a indignação frente a administradores corruptos etc.

Muitos perfis sociais identificam-se com um mundo comunitário ligado essencialmente a um sentido de destino concretizado, incluindo um ideal de lugar “realizado”, portanto fixo. E, ainda que se tenha uma realização do lugar efetivo, esse lugar realmente lhe pertencerá? Pode ser que não, pois muitos almejam o lugar ideal (espacial e socialmente) onde não “nasceram” e a aceitação em outra comunidade seria uma negação desse significado. Segundo Jock Young (conforme BAUMAN, 2001, p. 198), uma comunidade includente seria uma falácia, pois não conseguiria afirmar e (re)afirmar os “orgulhos” comuns de um passado também comum de seus pares, não aceitando, assim, os “outros”.

As aspirações de representação social de e em “outras” comunidades em que o sujeito não “nasceu” não seriam totalmente apreendidas, pois permaneceria a incerteza de seu pertencimento. Trata-se de uma condição, através do signo do “comunitarismo”, onde não haveria a possibilidade de ascensão socioeconômica e até mesmo de escolhas para representações culturais.

Mas, segundo Bauman (2001, p. 222), haveria uma vantagem em não pertencer a uma comunidade ou lugar: o sujeito assumido por “não pertencer” não seria vítima de violência por vingança. Por não ter se assumido “pertencente” logo de início, o sujeito pode até mesmo ser aceito e fixar-se no lugar junto com os “outros” da comunidade e com aqueles na mesma situação; ou seja, haveria um lugar comunitário includente. Existiriam ainda comunidades sem lugares, caracterizadas na modernidade contemporânea por uma estetização, contrariamente ao aspecto pejorativo que a modernidade anterior atribuía aos *hippies*, *yuppies*, “descolados” (termo que também pode aferir a condição espacial), *cult*, *cool* etc., que não se “condensam” em “tribos” específicas, em lugares delimitados e, mesmo assim, possuem identidade (que pode ser cambiante e não pretensamente duradoura).

A etnia é um dos principais valores para a construção comunitária em seus suportes espaciais. Assim, “aqueles” que não nasceram naquele “lugar” jamais poderão aspirar a essa comunidade. Esse pode ser um dos meios para se verificar que a construção da comunidade em seu lugar é uma forma capciosa para um ideal social e, assim, a hipérbole do lugar está muito mais ligada à delimitação territorial para possíveis exclusões. O fator delimitador de territórios a partir de etnias pode operar em descompasso com a delimitação do Estado, seja em forma de aceitação de leis ou de representações genéricas de nacionalidade e cultura – reside aí mais uma contradição da modernidade contemporânea. Nesse caso, o crédito nas instituições estatais tende ao rebaixamento e, não por acaso, os Estados assumem tal condição, “negando-se” como “provedores” de “segurança” da educação, saúde, moradia, saneamento, da carreira planejada, do trabalho, da aposentadoria etc. Obviamente, o endosso no papel da comunidade e do lugar não é a única explicação para a

quebra” do Estado; o que se expõe aqui é uma possibilidade de interpretação das contradições inerentes às diversas “bandeiras” que a modernidade assume, muitas vezes sem uma compreensão sistêmica dos acasos gerados.

Modernidade em história, progresso e futuro: relações com o urbanismo modernista

A “separação” entre tempo e espaço pode demarcar o início da chamada modernidade. E, com esse intuito, o tempo adquiriu certa autonomia interpretativa que lhe garantiu compreensão e apreensão como história. Não cabe aqui a discussão sobre se a disciplina histórica efetivou-se na modernidade. Mas a intenção da modernidade em chegar a um fim, a um destino e logo depois este ser substituído por um processo contínuo e “para sempre”, também indicou que, talvez, não houvesse destino ou fim. Há de se lembrar que as formas de produção no capitalismo, com lucratividades crescentes, também hiperbolizaram as manifestações de um processo que se realimentava com as novas descobertas e aparatos da técnica e vice-versa.

Mas o ideal de processo também se alimentou das novas descobertas (para as técnicas, para a produção lucrativa etc.), que teriam de negar o que foi “novo” anteriormente, tratando-se, pois, de uma “aventura” da novidade. Assim, a contínua transformação do “velho” em “novo” estabelecia-se sob o signo da crise, tornando a modernidade um tanto indefinível.

230

Não à toa o capitalismo vai se servir de constantes crises para a sua persistência (BERMAN, 1986, p. 101). Para a produção do capital, a crise é aceitável. Pode-se pensar, então, que o planejamento de cidades foi apropriado pela lógica da produção e, ao mesmo tempo, não conseguiu, em muitos casos, operar com sua crise disciplinar ou com a prática dos planos urbanos.

Ainda como analogia entre a produção capitalista e o planejamento, pode-se pensar que, em situações de crise, haverá de tal forma uma divisão do trabalho que exigirá cooperação e adaptação entre setores produtivos que, de certa maneira, levarão a um agir coletivo (BERMAN, 1986, p. 102). Da mesma forma, as bases espaciais provavelmente mudarão com os novos

modos de produção; e aquele planejamento que previa um determinado espaço agora caducou e deverá planejar outro ou outros suportes espaciais – nesse momento é que se insinua uma possível crise do plano urbano. E a disciplina urbanística, com as mesmas bases teóricas, trará a “promessa” de solução da crise para o futuro, bem à maneira modernista, de raiz racionalista e até mesmo iluminista. Sem contar que a cooperação (tal como acontece com a produção) entre os agentes citadinos praticamente não existiu, delegando-se ao urbanista a primazia de decisão sobre a cidade, construindo-se, basicamente, planos de “gabinete”.

Obviamente, a cidade não se encerra em aspectos ligados à produção do capital. A cidade também é um fato cultural, entre outros. Porém, a lógica da acumulação do capital é uma forma de concretizar um futuro estável e essa aceção burguesa (dinheiro, lucro, futuro) transferiu-se para a esfera da cultura. Todos os feitos do sujeito moderno contêm a crença no futuro: a política, a economia, a arte, a criação ou qualquer íntimo desejo (BERMAN, 1986, p. 132 e 139). De tal sorte que a cidade, ainda que fosse (também) um dado da cultura, era associada indiretamente ao mercado; ou seja, as verdadeiras intenções culturais da cidade (a vida “espiritual” e perceptiva no ambiente urbano) foram camufladas pelas intenções políticas e econômicas da burguesia. Assim Walter Benjamin pôde fazer uma leitura da Paris do século XIX. E Baudelaire, “ingenuamente”, viu na burguesia o “fio condutor” para a construção das cidades (BERMAN, 1986, p. 132). Mais tarde, Le Corbusier poderá ser interpretado como a “encarnação” dos anseios políticos e econômicos do capital burguês, “travestidos” na mais alta forma de manifestação cultural da urbanística modernista. As ações políticas e econômicas da burguesia podem ter sido transferidas para o mundo da cultura porque estavam todas permeadas por uma estrutura comum, que conduziria à efetivação de um futuro ideal. **The city of tomorrow** (A cidade de amanhã) é o título traduzido para o inglês de **L’urbanisme** de Le Corbusier. Evidencia-se então que **L’urbanisme**, uma das principais “fontes” do urbanismo modernista, “inspirador” do plano urbano mundo afora, remete a um urbanismo para o futuro (*tomorrow*).

Le Corbusier operou no caminho da modernidade pela negação de um estado atual para, então, propor a “novidade”, na “fórmula” bem característica de realidade decadente *versus* progresso. No texto citado, Corbusier afirma: “Cafés e pontos de recreação deixarão de ser os fungos que sugam a pavimentação de Paris” (LE CORBUSIER, *apud* BERMAN, 1986, p. 161).

Mas Paris já fora modernizada pelo Barão de Haussmann; a “novidade” seria, agora, nas intenções de Corbusier, revigorá-la para o automóvel e infra-estruturação. Um ideal de cidade “acabada” já fora alcançado com as intervenções de Haussmann, mas, nos termos da modernidade, há de se mudar pelo signo do “novo”.

Numa análise sociopolítica, o desejo projetual de Haussmann, na sua síntese urbanística, pode ser interpretado como a eliminação do “povo” nas e das ruas (vejam-se os textos de Benjamin sobre as barricadas e as intenções políticas vigentes). Mas, quando esse desejo se deparou com a cidade, houve um descompasso do projeto com a realidade empírica, porque o “povo continuou na rua”, manifestando-se naqueles “cafés” e “pontos de recreação” citados por Le Corbusier. Ou seja, já havia um índice de que a cidade não era uma única tradução da teoria do urbanista (sujeito), tendo também ingredientes empíricos. Ainda assim, Corbusier parece ter “descartado” os valores da cidade e elaborado o plano no nível da teoria urbanística.

232 Passados os anos, sabe-se hoje que o viés modernista corbusiano pode ser obsoleto quando aplicado às cidades. Mas até aqui não haveria nenhum “susto” quanto aos “erros” desse tipo de plano, pois na lógica da modernidade há de se superar essa situação inconveniente para a disciplina do urbanismo, não fosse a crise instaurada nos meios profissionais e acadêmicos quando esse plano modernista é uma “frustração”. Como observa Berman (1986, p. 164), a partir de 1960 uma outra modernidade será apreendida, mais uma vez como negação da precedente corbusiana. E, talvez como em outras situações de “quebra” de paradigmas estabelecidos, a crítica ao modernismo de Le Corbusier significará, em síntese, a “volta às ruas” (BERMAN, 1986, cap. V). Contudo, mais do que a visão de progresso e evolução, a nova ordem da modernidade

espacial contemporânea, até mesmo chamada pós-moderna, pode ser uma “novidade cíclica” e, então, questionável como algo “novo” e transformador das condições socioespaciais existentes.

A “novidade” cíclica como característica de modernidade

A transformação da realidade é um signo de modernidade. Tratando-se das transformações urbanas, não fazia sentido opor-se à abertura de vias, construção de pontes, estradas, viadutos, grandes conjuntos habitacionais etc. (BERMAN, 1986, p. 279), mesmo porque ainda não eram previsíveis as causalidades de tais intervenções, que muitas vezes se realizariam para a “comodidade” citadina apenas no futuro. Marshall Berman (1986, cap. V) detém-se sobre uma das mais contundentes intervenções urbanas – a auto-estrada, via expressa ou grande avenida –, que trouxe também a fruição da paisagem natural do campo, uma vez que possibilitava a “interseção” entre campo e cidade, com a percepção bucólica e “agradável” do “verde” – eis a cidade norte-americana das periferias residenciais. Importada como modelo para as cidades brasileiras, sobretudo no programa rodoviarista do governo de Juscelino Kubitschek, a auto-estrada indicou outros “caminhos” para a percepção do ambiente urbano. Tratou-se, pois, de uma nova “escala” de intervenção do território, com uma nova velocidade para a “fixação” do olhar e apreensão espacial. Do caminhar até a velocidade motorizada na auto-estrada, era algo diferente de uma cidade conhecida.

A cidade de Haussmann (Paris do século XIX) ainda conseguiu amparar o bulevar na “escala” intra-urbana (o que talvez explique a persistência do “povo” nas ruas). O urbanismo (e não a cidade) de Le Corbusier já precisou de uma outra cidade (que não a do século XIX) para amparar as grandes vias de deslocamento – uma cidade “nova” modernista. O urbanismo modernista de raiz corbusiana foi, enfim, executado como cidade (essencialmente nas cidades norte-americanas) com os planos de Robert Moses. A “bandeira” do deslocamento motorizado necessitava de uma “nova” cidade para se fazer eficaz, descartando aquela do século XIX (BERMAN, 1986, p. 290). Quando

não fosse possível construir um novo tecido urbano, a cidade existente deveria ser radicalmente modificada para atender ao urbanismo modernista. Por outro lado, o urbanismo de Moses (quando transformado em cidade) também assinalou que a “conquista” da qualidade urbana não se daria no longo prazo daquele urbanismo; sua promessa foi “frustrada” quando de um tempo curto de implantação e, assim, questionou a projeção do urbanismo para o futuro (BERMAN, 1986, p. 309).

Obviamente, não faltaram críticas a esse tipo de urbanismo e urbanização. A partir de 1960 ficaram evidentes as razões pelas quais o modernismo deveria sofrer revisões e, numa lógica “ainda” um tanto racionalista, encontrar as causas e soluções para o problema. Mas essas soluções podem não ser genuinamente “novas”, até mesmo para a acepção de modernidade. Vieram na retomada da rua como lugar público, tal como aquela dos primórdios da modernidade, da cidade do século XIX, numa aparente “novidade” que era, na realidade, o estabelecimento de um ciclo de “novidades”. O ciclo pode assim se completar: cidade do século XIX (rua), cidade modernista de raiz corbusiana (enquadrando-se Robert Moses como “seguidor”) e, novamente, a rua (defendida por Jacobs) na atual modernidade. Berman (1986, p. 302) atribui a crítica ao modernismo, “encarnado” essencialmente na retomada da rua, aos escritos de Jane Jacobs, influenciadores do novo pensamento urbanístico mundo afora.

É dessa forma que o urbanismo atual adquire uma desenvoltura até então “criticada” pela chamada modernidade, em que a lógica da produção, do crescimento, do desenvolvimento, da criação e do novo foi levada a “utilizar” o passado (a cidade do século XIX) e, com isso, instaurar uma crise – o novo, que agora é o passado das ruas. Assim, a partir de 1970, haverá uma extensa atividade urbana marcada pela renovação, revitalização, restauro, reabilitação, requalificação, reurbanização, reciclagem (amparada pelo ideal ecológico), ressignificação dos objetos do cotidiano etc. Antigos centros urbanos decadentes receberam tratamento de espaços públicos, segurança pública, equipamentos urbanos de cunho artístico-cultural, facilidades de acesso e transporte, que atraíram segmentos da população interessados nessa “vitalidade”. Para Berman

(1986, p. 320-321), o Soho de Nova York é um bom exemplo. Mas, na lógica do progresso do capital imobiliário, a especulação não tardou a expulsar a população e, com isso, alterar aquela “vitalidade” pela substituição de uma camada social muito preocupada com a sua segurança privada. Concretizam-se assim, mais uma vez, na modernidade, as contradições de uma conquista urbana.

Para demonstrar a importância da busca e, de certa forma, retomada do espaço público, Berman (1986, cap. V) elenca uma série de manifestações sociais que vão além das abordagens espaciais. Por exemplo: a música e a dança contemporânea se “entrelaçam” nas derivações do *street*; as citações poéticas e conteúdo político em Bob Dylan, Paul Simon, Jim Morrison, Lou Reed, entre outros; a pintura se afasta do expressionismo abstrato para citar objetos da vida cotidiana (Claes Oldenburg, Kaprow, George Segall, entre outros); *happenings* nas ruas; a rua parisiense do cinema de Jean-Luc Godard. Aqui se enfatiza a interdisciplinaridade para justificar, de certo modo, o pensamento urbanístico de Jacobs sobre o papel da rua na modernidade. Essa atitude parece ser um modo “ressentido” de utilizar a interdisciplinaridade para o urbanismo que, até então, dispensava essas relações, fazendo-se essencialmente pelo saber específico do técnico perito, na lógica racionalizadora do conhecimento. Há de se verificar uma “empolgação” quanto aos atributos da rua na modernidade contemporânea que, ao se associar a outras manifestações da cultura (julgadas como ações “criativas” da sociedade), também poderia ser interpretada como o “novo”, ainda que cíclico. É por isso que ainda hoje podemos falar em modernidade, e não só usualmente pós-modernidade.

235

Possíveis conclusões

Conceituar modernidade pode passar, então, pelo exercício de estruturar dados comuns encontrados na história, onde se observam a busca de uma verdade e sua desintegração. Essa idéia se estrutura em várias formas de expressão da modernidade, em várias épocas e manifestações de uma taxonomia histórica e, portanto, pode ser lida em fases futuras.

Se, por vezes, os métodos e metodologias da modernidade em sua gênese não cumprem seu papel propositivo, que razão existe na “irracionalidade”? Os significados de razão e racionalidade são, aqui, distintos. Robert Kurz (1992), por exemplo, propõe uma “razão sensível”, que opera numa “lógica abstrata”. Segundo o autor, essa “razão” é independente de um sujeito-mercadoria, porque pode ser necessária num momento em que a “vitória” da direita como sistema global de produção também constata as conseqüências da crise de uma razão racionalizadora para a obtenção do dinheiro, à maneira da modernidade. Sabendo-se que esta, possivelmente, entrará em crise: “Walter Benjamin disse, da modernidade, que ela nasceu sob o signo do suicídio; Sigmund Freud sugeriu que ela foi dirigida por Tânatos – o instinto da morte” (BAUMAN, 1998, p. 241).

Como construção propositiva, cabe o possível aceite da “falência”. Onde, do projeto à ação, até os resultados pretendidos, a ordem não é uma obsessão. Através de um “relaxamento”, em que se assimile o “drama” da vida, e de um “seguro entretenimento” (BAUMAN, 1999), aproveitar-se-ia melhor o “dia”, sem se preocupar com os longos prazos de um planejamento até então reconhecido como aquele que propõe metas finais. Talvez isso seja o que recomendam as “entrelinhas” do significado de cotidiano em Henri Lefebvre. Bauman (1998) propõe uma ética de pessimismo sistêmico para que se possa errar, aceitando-se princípios de incerteza. Tarefas muito sugestivas para a prática do planejamento urbano.

236 Se o objeto da realidade criada é um índice das futuras “aguras” de manifestações de modernidade, cabe aos muitos urbanistas, arquitetos, *designers*, paisagistas etc. dominarem ou reconhecerem essa “revolução” de signos que aquele objeto possibilita, e encontrar em muitos deles o fator que não será sempre da “frustração”, mas da geração de informação nova, jamais antes pensada. E, nessa possibilidade, o objeto cidade denuncia a falência do “como” se faz o planejamento e o plano urbano oriundo das teorias organizadas pelos sujeitos.

Mas, se no “ambiente” filosófico o ideal de modernidade inclui a negação do estado atual, “pode-se definir a modernidade (...) em que a colocação em ordem depende do dismantelamento da ordem ‘tradicional’, herdada e

recebida; em que ‘ser’ significa um novo começo permanente” (BAUMAN, 1998, p. 20).

Também cabe aos arquitetos e urbanistas compreenderem essa noção aplicada ao modernismo urbano e arquitetônico ou à modernização das cidades, cuja lógica “muda” uma situação espacial.

Referências

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e destino**. São Paulo: Ática, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

COLQUUHOUN, Alan. **Modernidade e tradição clássica: ensaios de arquitetura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

ELLUL, Jacques. **A técnica e o desafio do século**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política: o direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e filosofia**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1975.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A sociedade estatal e a tecnoburocracia**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVEIRA, Lauro F. B. da. **Sombras da cidade radiosa**. Sinopses, n. 19, jun. p. 45-49, 1993.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador**. São Paulo, 1920-1939. São Paulo: Nobel, 1997.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico e as perspectivas do tempo real**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

WEBER, Max. **Burocracia**. In: **Ensaio de sociologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971

Endereço para correspondência
Luciano Torres Tricárico
Rua Epiácio Pessoa, 162/35 - Vila Buarque
01220-030 - São Paulo - SP
e-mail: lttorres@usp.br